



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

02/05/2016 ATÉ 02/05/2016



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG JEISAEL.COM.....	1
	1.2 IMIRANTE.COM.....	2
	1.3 SITE CNJ.....	3
	1.4 SITE IDIFUSORA.....	4
2	CNJ	
	2.1 BLOG DO KIEL MARTINS.....	5
	2.2 SITE CNJ.....	6
	2.3 SITE JUSBRASIL.....	7
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG DANIEL MATOS.....	8
	3.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	9
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG SÓ FALO A VERDADE.....	10
5	EVENTOS	
	5.1 UNIVERSO PÚBLICO.....	11
6	JUIZADOS ESPECIAIS	
	6.1 SITE O QUARTO PODER.....	12
7	SINDJUS	
	7.1 SINDJUS.....	13 14 15
8	TURMAS RECURSAIS	
	8.1 SITE O MARANHENSE.....	16
9	VARA CRIMINAL	
	9.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	17
	9.2 BLOG DO SILVAN ALVES.....	18
	9.3 BLOG JORGE VIEIRA.....	19
	9.4 SITE ATOS E FATOS.....	20
	9.5 SITE JORNAL PEQUENO.....	21
	9.6 SITE O ESTADÃO.....	22
	9.7 SITE O QUARTO PODER.....	23
10	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	10.1 SITE O QUARTO PODER.....	24
11	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	11.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	25
	11.2 BLOG DO NETO FERREIRA.....	26
	11.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	27
	11.4 IMIRANTE.COM.....	28

Fórum de Alto Parnaíba sofre tentativa de assalto

02/05/2016 10:17:52

Fórum de Alto Parnaíba, que já teve muro derrubado por trator, agora foi alvo de tentativa de assalto

O Fórum da Comarca de Alto Parnaíba foi alvo de uma tentativa de assalto no último sábado, 30 de abril, por volta das 19h30. Dois homens encapuzados arrombaram a porta dos fundos da sede do Poder Judiciário, mas foram contidos pela vigilância. Há pouco mais de dois anos, o fórum teve o muro frontal derrubado por um trator desgovernado.

Percebendo a movimentação estranha, o vigilante do Fórum dirigiu-se ao local para verificar o que se passava, surpreendendo os assaltantes que se locomoviam pelo corredor principal em direção à recepção.

Flagrados pelo vigilante, os encapuzados empreenderam fuga, ao que o vigilante sacou da arma e disparou contra os dois, tendo atingido um deles. Pulando o muro do prédio, os encapuzados fugiram do local.

Posteriormente, os suspeitos foram capturados no município de Santa Filomena (Piauí) e presos na mesma noite.

Providências - De acordo com a secretária judicial da Comarca, Grasiela Lima, o juiz Marco Amdré Tavares (2ª Vara de Balsas), respondendo pela Comarca, foi imediatamente comunicado do ocorrido.

Ofício comunicando a tentativa de assalto ao Fórum foi encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça.

Ainda segundo a secretária, equipes de segurança e de engenharia do Tribunal de Justiça devem chegar nesta segunda-feira à Comarca para avaliação e devidas providências.

Comarca de entrância inicial, Alto Parnaíba dista 1.042 km da capital.

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça

O post [Fórum de Alto Parnaíba sofre tentativa de assalto](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

Vinte e nove réus serão julgados pelo Tribunal do Júri em maio

02/05/2016 17:30:26

A pauta de julgamentos do Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio tem 29 réus, acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começam nesta segunda-feira (02), no Fórum Des. Sarney Costa, quando serão julgados pelos jurados da 2ª e 4ª Vara do Júri, respectivamente, Antônio Costa e Francisco Pinto de Sousa. As sessões são públicas e iniciam às 8h30.

No 2º Tribunal do Júri serão julgados neste mês também Silvana Cristina Arouche (dia 04), Adiel Pimenta Araújo (06), Lucas Henrique França Barros e Rafael Gomes Lisboa (10), Boaventura Francisco de Oliveira e Marcos Severino da Silva (12), Fábio Rogério Araújo Braga (16), Kallaans Furtado da Silva (18), Gleydson Jean Baeta Barbosa (20), Márcio George Soeiro da Silva (23), Ezequias de França Conceição (25), Cledson Costa Sá, Renata e Valéria Cristina Matos Paixão (30).

Na 4ª Vara sentarão no banco dos réus também Carlos Alberto Silva (04), Pedro Alcides Sá Pereira (06), Marcos André Silva Vieira (09), Adriano Reis de Jesus (11), Walter Clecy Reis Pereira (13), João Oliveira Sousa Filho (16), Reginaldo Ferreira da Cruz Silva (18), André Luis Silva e Janilde Chagas Figueiredo (20), Raimundo Emílio Santos Neres (23) e Francisco de Assis Ferreira Martins (30).

Já na 3ª Vara do Tribunal do Júri serão julgados Erivan Mendes (09) e Arlindo Pereira Filho (11). No 1º Tribunal do Júri no mês de maio não haverá sessões.

O post [Vinte e nove réus serão julgados pelo Tribunal do Júri em maio](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

Justiça mantém validade de Concurso para professores do Estado

02/05/2016 18:23:48

O Governo Flávio Dino (PC do B) conseguiu, por via judicial, manter a validade do concurso para professores do Estado. A decisão foi proferida pelo juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, que indeferiu a medida tutelar e cautelar, interposta pelo MP.

O Ministério Público solicitou a anulação da homologação do certame, assim como a nomeação, que foi realizada pelo Governo do Estado. Sob a alegação, de que houve plágio de muitas questões na provas.

No entendimento do Juiz Douglas Martins, o fato de ter questões "plagiadas", não deixa explícita a perda de "isonomia do concurso", por isso não há motivo para a anulação.

De acordo, com o magistrado o possível vazamento de questões, pode sim, causar uma desigualdade na concorrência.

- A similaridade entre questões em diferentes concursos públicos, por si só, não pode levar à conclusão de ausência de lisura, ofensa à moralidade ou desvirtuamento de sua principal finalidade que é a de selecionar os melhores candidatos. O contrário ocorreria em caso de vazamento de questões, justificou.

CNJ suspende licitação de R\$ 35 milhões do TJ-MA

02/05/2016 17:00:33

[Compartilhe](#)

O conselheiro Fernando Cesar Baptista de Mattos, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), suspendeu ontem (28), liminarmente, uma licitação de R\$ 35,3 milhões que seria realizada na própria quinta-feira pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão para contratar empresa de engenharia para proceder à reforma de prédio do Judiciário maranhense.

O caso chegou ao CNJ por meio de um Procedimento de Controle Administrativo (PCA) proposto pelo advogado Felipe Ramos de Sousa. Ele alega que o modelo adotado para o certame, o pregão eletrônico, é ilegal para o tipo de objeto contratado - o ideal, defende, seria concorrência pública - e que há omissão editalícia.

Na decisão, o conselheiro não chegou a analisar o mérito da questão, mas decidiu suspender liminarmente a licitação - proibindo o TJ de formalizar a ata de registro de preços com os vencedores do certame.

"Somente após a análise detida dos documentos acostados aos autos eletrônicos e das informações do TJMA, procedimento este incompatível com a tutela de urgência, será possível aferir as ilegalidades suscitadas", despachou.

Segundo ele, a decisão foi tomada porque o questionamento ao processo licitatório ocorreu na terça-feira (26), apenas dois dias antes da data marcada para a abertura das propostas, e por tratar-se de licitação de vultosa quantia.

"Não obstante a ausência de pressupostos para o deferimento da medida liminar, entendo ser prudente determinar ao TJMA que se abstenha de formalizar a Ata de Registro de Preços até ulterior deliberação deste Conselho. Esta solução é pertinente em razão do vultoso valor estimado para a licitação (R\$ 35.334.772,85) e da possível ocorrência de danos irreparáveis ou de difícil reparação aos cofres públicos", concluiu.

[Baixe aqui](#) a íntegra da decisão.

Isaiás Rocha

Justiça mantém validade de concurso para professor do Estado

02/05/2016 14:02:42

A justiça manteve, liminarmente, a validade do resultado do concurso para professor do Estado do Maranhão, realizado no ano passado pela Fundação Sôsândrade. Na época, após a aplicação das provas, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) divulgou levantamento mostrando que 25 questões do certame tinham indícios de plágio.

Na decisão do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o magistrado afirmou que mesmo que tenha havido plágio, não ficou evidenciada a "quebra de isonomia entre os candidatos do concurso". Ele alegou que as questões estavam livremente disponíveis na web.

Para o magistrado, o concurso só teria sido comprometido se tivesse ocorrido vazamento das questões. "A similaridade entre questões em diferentes concursos públicos, por si só, não pode levar à conclusão de ausência de lisura, ofensa à moralidade ou desvirtuamento de sua principal finalidade que é a de selecionar os melhores candidatos. O contrário ocorreria em caso de vazamento de questões", disse. Apesar das alegações, Martins admitiu a probabilidade e de ser feita uma apuração mais minuciosa "em eventual instrução processual".

Entenda o caso

No início do ano, promotores entregaram aos representantes do Executivo e da Fundação um documento com identificação de 25 questões sob suspeita de plágio, resultado de levantamento realizado pela equipe de pedagogas e assessoria jurídica das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação de São Luís.

Segundo o levantamento, foram consideradas sob suspeita 8 das 30 questões na parte comum a todos os cargos, o que representava aproximadamente 26% da prova aplicada a todos os candidatos. Também foram identificados problemas nas provas de conhecimentos específicos nas áreas de Arte, Língua Inglesa, Física e Geografia. No caso da prova de Física, por exemplo, oito das 40 questões (20%) têm indícios de plágio.

O Estado do Maranhão

ACUSADO DE ESTUPRAR A SOBRINHA E O NETO É PRESO NO BAIRRO DE FÁTIMA

02/05/2016 12:31:49

Uma operação realizada por policiais da Superintendência Estadual de investigações Criminais, (SEIC), na manhã desta segunda-feira, (2) na área do Bairro de Fátima resultou na prisão de Alfredo Roberto Moraes Costa, 50 anos . A prisão ocorreu em função de uma mandado de prisão expedido pelo juiz da 9ª Vara Criminal de São Luís. Alfredo responde processo na justiça, onde ele é acusado de crime de estupro praticado contra uma sobrinha e um neto. Ele foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Justiça mantém validade de concurso para professor do Estado

02/05/2016 10:55:36

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, indeferiu pedido de tutela cautelar de urgência proposto pelo Ministério Público e manteve, liminarmente, a validade do resultado do concurso para professor do Estado do Maranhão.

Na ação, o MP pedia a anulação do ato de homologação do certame, bem como a suspensão das nomeações de aprovados ([reveja](#)). A principal denúncia diz respeito a possível plágio de questões de outros concursos.

Para Douglas Martin, mesmo que tenha havido plágio, "não ficou clara a "quebra de isonomia entre os candidatos do concurso".

"As questões apontadas como plagiadas aparentemente estavam à disposição de todos na rede mundial de computadores", destacou.

Segundo o magistrado, teria havido quebra de isonomia apenas em caso de vazamento de questões.

"A similaridade entre questões em diferentes concursos públicos, por si só, não pode levar à conclusão de ausência de lisura, ofensa à moralidade ou desvirtuamento de sua principal finalidade que é a de selecionar os melhores candidatos. O contrário ocorreria em caso de vazamento de questões", completou.

Ele também apontou que o MP não fundamentou alegações quanto a denúncias de violação de malotes de provas, de existência de parentesco entre candidatos e membros da comissão organizadora, e de cobrança de conteúdo não especificado em edital.

Antes de indeferir o pedido, Martins admitiu, apenas, a possibilidade de análise mais acurada "em eventual instrução processual".

Aplicativo Telegram é adotado como comunicador instantâneo padrão do TJMA

02/05/2016 16:12:10

Com a proibição em todos o país imposta pela Justiça ao "Whatsapp", começaram a aparecer cada vez mais alternativas ao mais popular aplicativos de mensagens do país. Porém alguns usuários e até instituições públicas e privadas já haviam deixado de usar o app e recorreram a outras plataformas para a comunicação digital.

Dentre elas está o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que seguindo orientações da Diretoria de Informática e Automação definiu o aplicativo Telegram como a ferramenta mais adequada, passando a ser o comunicador instantâneo padrão entre magistrados e servidores do Judiciário maranhense.

Com a ideia de otimização de recursos, ao invés de desenvolver um "chat" próprio do TJMA, que demandaria tempo e custos, a Diretoria de Informática optou pela utilização do mensageiro multiplataforma, gratuito e que oferece mais segurança nas trocas de mensagens que os demais aplicativos. "O Telegram é um aplicativo semelhante a outros bastante utilizados pelos usuários de smartphones, mas que tem a característica multiplataforma, podendo ser utilizado pelo usuário em tablets, desktops e outros aparelhos, independentemente do seu celular estar ligado ou não e com usuário único", explica o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto.

BENEFÍCIOS - O aplicativo é gratuito e está presente em todas as plataformas, oferecendo uma identidade única ao usuário - ele cria um nome de usuário (@nomedeusuario) que pode ser utilizado entre os contatos para identificação. Focado na segurança e privacidade, tem suas mensagens de texto criptografadas e opcionalmente autodestrutivas - nos chamados "chats secretos". Os usuários podem enviar fotos, vídeos e documentos (todos os tipos de arquivos suportados), e os grupos no Telegram têm limite de 200 usuários.

Ele está disponível para diversos dispositivos, smartphones, tablets e computadores desktops, nos sistemas Android, iOS, Windows Phone, Windows, OS X e Linux, além de sua versão web.

CONFIGURAÇÃO - Para configurar o [Telegram](#), o ideal é que seja inicialmente através de smartphones, baixando o aplicativo e em seguida se cadastrando. Automaticamente, toda a agenda de contatos que estiverem utilizando o mensageiro aparecerá no aplicativo. Feito isso, o usuário pode configurar o Telegram nos demais dispositivos usando o mesmo número de telefone (mesmo que seja em outro aparelho que possua outro chip), nos tablets ou desktops.

Para facilitar, a Diretoria de Informática está instalando em todos os computadores utilizados pelo Tribunal de

Justiça do Maranhão o aplicativo próprio para desktop.

O Telegram foi fundado em 2013, pelos irmãos Nikolai e Pavel Durov, fundadores do VK, a maior rede social da Rússia. É uma empresa independente, não ligada ao VK e baseada na cidade de Berlim, na Alemanha. O Telegram é identificado pela sua marca com um círculo azul e um avião de papel.

CARACTERÍSTICAS - Todas as conversas são criptografadas; sincronização na nuvem entre dispositivos; maior velocidade no envio de mensagens; distribuição de servidores em todo o mundo para maior segurança e velocidade; [API](#) em código aberto e protocolo livre para todos; gratuito, sem propaganda e mensalidades; possui versões móveis, versões para desktop e navegador web; pode enviar fotos, vídeos e "documentos" (todos os tipos de arquivos suportados, até 1,5Gb de tamanho); player multimídia embutido que faz a reprodução de links de sites como YouTube, Vimeo e Soundcloud na própria mensagem; grupos para 200 membros; qualquer membro de um grupo pode adicionar outros membros; chats secretos com criptografia *end-to-end*; mensagens de autodestruição em chats secretos; status de leitura da mensagem: 1 traço = enviada, 2 traços = aberta; envio de stickers (emotions e adesivos); é possível adicionar um contato sem precisar do número de telefone (basta saber o nome de usuário).

Justiça deve aceitar nesta semana denúncia contra Roseana Sarney e Ricardo Murad

02/05/2016 16:47:34

A ex-governadora Roseana Sarney e o ex-secretário Ricardo Murad devem receber uma notícia não muito boa nos próximos dias. O juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, da 7ª Vara Criminal, deve aceitar nesta semana denúncia encaminhada pelo Ministério Público contra ambos e mais 15 pessoas entre funcionários públicos e empreiteiros, por desvios de verbas destinadas a saúde do Maranhão.

De acordo com o promotor público, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, autor da denúncia, os recursos foram desviados do Programa Saúde é Vida e da construção de 64 unidades hospitalares em municípios do interior do Maranhão que consumiram entre 2009 e 2010 cerca de R\$ 151 milhões.

A ex-governadora e o ex-secretário teriam cometido os crimes de dispensa de licitação, fraude de licitação, peculato, falsidade ideológica e associação criminosa.

As fraudes foram cometidas, segundo a denúncia "com a finalidade de enriquecimento às custas de verbas da saúde pública, bem como financiamento de campanhas eleitorais, quais sejam as campanhas da ex-governadora e do ex-secretário".

O Ministério público também ressaltou que as transações e transferências de recursos para empresas contratadas sem licitação serviram para financiar a campanha eleitoral do PMDB ao Governo do Estado em 2010, que totalizaram R\$ 1,95 milhões. (Blog Marrapá)

TALVEZ POR EXCESSO DE "BELEZURA" JUSTIÇA DETERMINA RETORNO DE PREFEITA AFASTADA AO CARGO

A justiça determinou nesta sexta-feira, 29/4, o retorno ao cargo da prefeita de São Vicente de Ferrer-MA, Maria Raimunda. O interessante é que bem antes de sair a decisão da justiça, partidários e puxa sacos ligados a prefeita, já soltavam rojões e comemoravam a sua volta pelas ruas da cidade.

Não é de se duvidar que um dos fundamentos usados para justificar o retorno da prefeita afastada ao cargo, tenha sido a sua "BELEZA".

Postado por SÓ FALO A VERDADE às 20:30

TJ-MA opta por aplicativo alternativo e escapa de bloqueio

O ESTADO ONLINE, COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA

02/05/2016 às 14h51

Servidores do tribunal utilizam, por decisão da diretoria de informática, a ferramenta Telegram e não sofrem com bloqueio do WhatsApp

O aplicativo Telegram é a ferramenta utilizada pelos servidores do TJ-MA (Foto: Eduardo Lindoso / O Estadoma.com)

SÃO LUÍS - Mesmo com o bloqueio do WhatsApp nesta segunda-feira (2), por uma decisão judicial, o Tribunal de Justiça do Maranhão não ficará sem comunicação entre seus servidores. É que, mesmo antes da decisão de um juiz de Sergipe, a Diretoria de Informática e Automação do tribunal definiu o aplicativo Telegram como a ferramenta mais adequada, passando a ser o comunicador instantâneo padrão entre magistrados e servidores do Judiciário maranhense.

Com a ideia de otimização de recursos, ao invés de desenvolver um “chat” próprio do TJMA, que demandaria tempo e custos, a Diretoria de Informática optou pela utilização do mensageiro multiplataforma, gratuito e que oferece mais segurança nas trocas de mensagens que os demais aplicativos.

“O Telegram é um aplicativo semelhante a outros bastante utilizados pelos usuários de smartphones, mas que tem a característica multiplataforma, podendo ser utilizado pelo usuário em tablets, desktops e outros aparelhos, independentemente do seu celular estar ligado ou não e com usuário único”, explica o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto.

O aplicativo é gratuito e está presente em todas as plataformas, oferecendo uma identidade única ao usuário - ele cria um nome de usuário (@nomeusuario) que pode ser utilizado entre os contatos para identificação. Focado na segurança e privacidade, tem suas mensagens de texto criptografadas e opcionalmente autodestrutivas - nos chamados “chats secretos”. Os usuários podem enviar fotos, vídeos e documentos (todos os tipos de arquivos suportados), e os grupos no Telegram têm limite de 200 usuários.

Ele está disponível para diversos dispositivos, smartphones, tablets e computadores desktops, nos sistemas Android, iOS, Windows Phone, Windows, OS X e Linux, além de sua versão web.

Justiça mantém validade de concurso para professor do Estado

02/05/2016 às 11h50

Ministério Público do Maranhão havia divulgado levantamento mostrando que 25 questões do certame tinham indícios de plágio

Mais de 75 mil compareceram às provas do concurso (Foto: Divulgação / Karlos Geromy)
SÃO LUÍS - A justiça manteve, liminarmente, a validade do resultado do concurso para professor do Estado do Maranhão, realizado no ano passado pela Fundação Sôsândrade. Na época, após a aplicação das provas, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) divulgou levantamento mostrando que 25 questões do certame tinham indícios de plágio.

Na decisão do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, o magistrado afirmou que mesmo que tenha havido plágio, não ficou evidenciada a “quebra de isonomia entre os candidatos do concurso”. Ele alegou que as questões estavam livremente disponíveis na web.

Para o magistrado, o concurso só teria sido comprometido se tivesse ocorrido vazamento das questões. “A similaridade entre questões em diferentes concursos públicos, por si só, não pode levar à conclusão de ausência de lisura, ofensa à moralidade ou desvirtuamento de sua principal finalidade que é a de selecionar os melhores candidatos. O contrário ocorreria em caso de vazamento de questões”, disse. Apesar das alegações, Martins admitiu a probabilidade e de ser feita uma apuração mais minuciosa “em eventual instrução processual”.

Entenda o caso

No início do ano, promotores entregaram aos representantes do Executivo e da Fundação um documento com identificação de 25 questões sob suspeita de plágio, resultado de levantamento realizado pela equipe de pedagogas e assessoria jurídica das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação de São Luís.

Segundo o levantamento, foram consideradas sob suspeita 8 das 30 questões na parte comum a todos os cargos, o que representava aproximadamente 26% da prova aplicada a todos os candidatos. Também foram identificados problemas nas provas de conhecimentos específicos nas áreas de Arte, Língua Inglesa, Física e Geografia. No caso da prova de Física, por exemplo, oito das 40 questões (20%) têm indícios de plágio.

Servidores do Judiciário reivindicam seus pleitos no Dia do Trabalho

1/05/2016 | 12:58

O dia 01° de maio, Dia do Trabalho, foi marcado de intensa luta para os servidores do Poder Judiciário que realizaram neste domingo, Ato Público, na Avenida Litorânea, em São Luís, reivindicando os pleitos da categoria.

Os servidores se reuniram bem cedo na orla marítima da capital para participarem da programação organizada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão-SINDJUS/MA pelo Dia do Trabalho.

Durante toda a manhã os servidores, amigos e familiares levantaram as bandeiras de luta da categoria como a garantia da reposição constitucional e anual das perdas inflacionárias, a valorização dos servidores admitidos por concurso público, a redução dos cargos comissionados, a democratização da justiça e a eleição direta para presidentes dos Tribunais, dentre outras.

A diretoria do SINDJUS-MA esteve representada no evento pelos diretores Márcio Luís vice-presidente, Fagner Damasceno tesoureiro, Pedro Davi secretário geral e Janira Teixeira secretária de patrimônio.?

O SINDJUS-MA ainda distribuiu panfletos e brindes ecológicos explicando as atribuições da Justiça, o papel dos sindicatos na promoção da cidadania e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os servidores da Justiça e o SINDJUS-MA também receberam apoio no Ato Público do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa-SINDSALEM e Sindicato dos Joalheiros de São Luís-SINTRAJÓIAS e das Centrais Sindicais, Força Sindical e a União Geral dos Trabalhadores-UGT.

Os servidores da Justiça maranhense estão desmotivados diante do descaso da administração do Tribunal de Justiça. A frustração dos servidores com o desembargador Cleones Cunha só vem aumentando, apesar dele afirmar que solicitou do Governo do Estado do Maranhão a suplementação orçamentária para o pagamento das Perdas Inflacionárias de 6,3% de 2014.

Os diretores do SINDJUS-MA agradeceram o empenho dos servidores. “Além de parabenizar os servidores no dia 01° de maio, dia do trabalho que já lutaram em diversas ocasiões, mas que agora também continuam firmes, seguem na luta e não desistem de garantir o pagamento das perdas que é de direito e não está sendo garantido. E o SINDJU-MA estará sempre ao lado dos servidores e realizando atos como esse que muitos saíram de suas casas nesse domingo para dizerem que não estão satisfeitos com a atual gestão”, disse Márcio Luís, vice-presidente do SINDJUS-MA.

Para o auxiliar judiciário Jorge Moraes a manifestação dos servidores foi mais do que justa. “Hoje estamos mostrando a nossa insatisfação com a atual gestão do tribunal e com o Governo do Estado que não se comprometem e nem se empenham para resolver os problemas dos servidores e nem atender as nossas reivindicações que são mais do que justas. Por isso, a categoria nesse momento está unida para garantir que o movimento se fortaleça e para continuar aguerrida nessa luta pelo pagamento da reposição inflacionária”, disse o servidor.

A categoria quer um posicionamento do desembargador Cleones Cunha sobre o pagamento das perdas inflacionárias, GPJ e atualização dos auxílios recebidos (alimentação, creche e saúde), já que deram um voto de confiança à atual gestão e suspenderam a greve.

A comissária Zaira Maciel falou da importância do Ato Público no dia do Trabalho. “Estamos aqui hoje para que principalmente a sociedade tome conhecimento de como estão sendo tratados os servidores, de que estamos lutando há meses para garantir o pagamento das perdas e outros pleitos. O nosso ato não é apenas expor a situação mais conscientizar a população da importância da Justiça e de como nossos direitos não estão sendo respeitados pela administração pública e pelo Tribunal de Justiça”, disse a servidora.

Caso até o fechamento da folha de pagamento de maio, nenhuma solução aos pleitos dos servidores for encaminhada pela administração do Tribunal e pelo Governo do Estado, o SINDJUS-MA terá convocar Assembleia Geral da categoria para deliberar quais os próximos passos que deverão ser dados pelos trabalhadores.

Programação Cultural

A população que esteve presente na Avenida Litorânea, neste domingo, participando do Ato Público também foi convidada pelo SINDJUS-MA e pelos servidores a participarem de uma programação cultural que foi preparada especialmente para celebrar a data do dia 01º de maio.

Parceiros do SINDJUS-MA, como a escolinha de mini tênis infantil CET by Marcelo Abreu fez aulas e demonstrações gratuitas para a garota conhecer e aprender essa modalidade esportiva. As crianças que estavam brincando ainda puderam se inscrever para concorrer a uma raquete de tênis e um mês de aula gratuita na escolinha.

A programação também contou com o stand da Biofarma que expôs seus produtos fitness, para o bem estar e ainda levou uma cesta com diversos produtos para ser sorteada.

Outra atração foram os profissionais de educação física da academia Personal Group que realizaram aula ao ar livre de funcional e aerofit demonstrando a importância de praticar atividade física com frequência.

Para animar os servidores foi apresentada uma dinâmica teatral pelas atrizes maranhenses Mia Cara de Gato e Júlia Roberta, que por meio da comédia demonstraram a realidade dos servidores do Judiciário.

O evento foi encerrado com a distribuição e degustação de comida do Brasileirinho Delivery que ofereceu uma diversidade de pratos típicos como feijoada, arroz tropeiro, galinhada entre outros.

Servidores do Judiciário reivindicam seus pleitos no Dia do Trabalho

1/05/2016 | 12:58

O dia 01° de maio, Dia do Trabalho, foi marcado de intensa luta para os servidores do Poder Judiciário que realizaram neste domingo, Ato Público, na Avenida Litorânea, em São Luís, reivindicando os pleitos da categoria.

Os servidores se reuniram bem cedo na orla marítima da capital para participarem da programação organizada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão-SINDJUS/MA pelo Dia do Trabalho.

Durante toda a manhã os servidores, amigos e familiares levantaram as bandeiras de luta da categoria como a garantia da reposição constitucional e anual das perdas inflacionárias, a valorização dos servidores admitidos por concurso público, a redução dos cargos comissionados, a democratização da justiça e a eleição direta para presidentes dos Tribunais, dentre outras.

A diretoria do SINDJUS-MA esteve representada no evento pelos diretores Márcio Luís vice-presidente, Fagner Damasceno tesoureiro, Pedro Davi secretário geral e Janira Teixeira secretária de patrimônio.?

O SINDJUS-MA ainda distribuiu panfletos e brindes ecológicos explicando as atribuições da Justiça, o papel dos sindicatos na promoção da cidadania e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Os servidores da Justiça e o SINDJUS-MA também receberam apoio no Ato Público do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa-SINDSALEM e Sindicato dos Joalheiros de São Luís-SINTRAJÓIAS e das Centrais Sindicais, Força Sindical e a União Geral dos Trabalhadores-UGT.

Os servidores da Justiça maranhense estão desmotivados diante do descaso da administração do Tribunal de Justiça. A frustração dos servidores com o desembargador Cleones Cunha só vem aumentando, apesar dele afirmar que solicitou do Governo do Estado do Maranhão a suplementação orçamentária para o pagamento das Perdas Inflacionárias de 6,3% de 2014.

Os diretores do SINDJUS-MA agradeceram o empenho dos servidores. “Além de parabenizar os servidores no dia 01° de maio, dia do trabalho que já lutaram em diversas ocasiões, mas que agora também continuam firmes, seguem na luta e não desistem de garantir o pagamento das perdas que é de direito e não está sendo garantido. E o SINDJU-MA estará sempre ao lado dos servidores e realizando atos como esse que muitos saíram de suas casas nesse domingo para dizerem que não estão satisfeitos com a atual gestão”, disse Márcio Luís, vice-presidente do SINDJUS-MA.

Para o auxiliar judiciário Jorge Moraes a manifestação dos servidores foi mais do que justa. “Hoje estamos mostrando a nossa insatisfação com a atual gestão do tribunal e com o Governo do Estado que não se comprometem e nem se empenham para resolver os problemas dos servidores e nem atender as nossas reivindicações que são mais do que justas. Por isso, a categoria nesse momento está unida para garantir que o movimento se fortaleça e para continuar aguerrida nessa luta pelo pagamento da reposição inflacionária”, disse o servidor.

A categoria quer um posicionamento do desembargador Cleones Cunha sobre o pagamento das perdas inflacionárias, GPJ e atualização dos auxílios recebidos (alimentação, creche e saúde), já que deram um voto de confiança à atual gestão e suspenderam a greve.

A comissária Zaira Maciel falou da importância do Ato Público no dia do Trabalho. “Estamos aqui hoje para que principalmente a sociedade tome conhecimento de como estão sendo tratados os servidores, de que estamos lutando há meses para garantir o pagamento das perdas e outros pleitos. O nosso ato não é apenas expor a situação mais conscientizar a população da importância da Justiça e de como nossos direitos não estão sendo respeitados pela administração pública e pelo Tribunal de Justiça”, disse a servidora.

Caso até o fechamento da folha de pagamento de maio, nenhuma solução aos pleitos dos servidores for encaminhada pela administração do Tribunal e pelo Governo do Estado, o SINDJUS-MA terá convocar Assembleia Geral da categoria para deliberar quais os próximos passos que deverão ser dados pelos trabalhadores.

Programação Cultural

A população que esteve presente na Avenida Litorânea, neste domingo, participando do Ato Público também foi convidada pelo SINDJUS-MA e pelos servidores a participarem de uma programação cultural que foi preparada especialmente para celebrar a data do dia 01º de maio.

Parceiros do SINDJUS-MA, como a escolinha de mini tênis infantil CET by Marcelo Abreu fez aulas e demonstrações gratuitas para a garota conhecer e aprender essa modalidade esportiva. As crianças que estavam brincando ainda puderam se inscrever para concorrer a uma raquete de tênis e um mês de aula gratuita na escolinha.

A programação também contou com o stand da Biofarma que expôs seus produtos fitness, para o bem estar e ainda levou uma cesta com diversos produtos para ser sorteada.

Outra atração foram os profissionais de educação física da academia Personal Group que realizaram aula ao ar livre de funcional e aerofit demonstrando a importância de praticar atividade física com frequência.

Para animar os servidores foi apresentada uma dinâmica teatral pelas atrizes maranhenses Mia Cara de Gato e Júlia Roberta, que por meio da comédia demonstraram a realidade dos servidores do Judiciário.

O evento foi encerrado com a distribuição e degustação de comida do Brasileirinho Delivery que ofereceu uma diversidade de pratos típicos como feijoada, arroz tropeiro, galinhada entre outros.

Aníbal Lins se afasta do SINDJUS-MA por licença médica

SINDJUS-MA irá convocar Assembleia Geral com a categoria paara 30 de maio.SINDJUS-MA irá convocar Assembleia Geral com a categoria paara 30 de maio.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA), Aníbal Lins, na última sexta-feira (29) foi acometido de um mal súbito quando cumpria agenda institucional no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. O sindicalista foi atendido no hospital Santa Lúcia na capital federal e ao chegar em São Luís foi encaminhado para o hospital UDI.

Para a realização de uma avaliação e outras providências médicas, o presidente Aníbal Lins estará licenciado do seu cargo no SINDJUS-MA por tempo indeterminado. Assumirá temporariamente a presidência do Sindicato, o vice-presidente Márcio Luiz.

ASSEMBLEIA GERAL

Ao licenciar-se, o presidente Aníbal Lins determinou a direção do SINDJUS-MA a convocação de uma Assembleia Geral da categoria para o dia 30 de maio, que irá deliberar sobre possível retomada do movimento grevista, caso o Tribunal de Justiça (TJMA) não resolva o calote da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) e encontre uma solução concreta para as perdas inflacionárias .

O SINDJUS-MA reitera como fonte de recursos para o pagamento das perdas inflacionárias e GPJ a redução imediata dos cargos comissionados do Tribunal, em cumprimento a Resolução 88 do CNJ. " A direção do SINDJUS-MA espera que o presidente do TJ-MA, o desembargador Cleones Cunha se empenhe em honrar o voto de confiança que os servidores deram a ele no dia de sua posse e cumpra a promessa de resolver os pleitos fundamentais da categoria", disse Aníbal Lins.

Tribunal do Juri espera julgar 29 réus acusados de homicídio

02/05/2016 14:31:52

A pauta de julgamentos do Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio tem 29 réus, acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começam nesta segunda-feira (02), no Fórum Des. Sarney Costa, quando serão julgados pelos jurados da 2ª e 4ª Vara do Júri, respectivamente, Antônio Costa e Francisco Pinto de Sousa. As sessões são públicas e iniciam às 8h30.

No 2º Tribunal do Júri serão julgados neste mês também Silvana Cristina Arouche (dia 04), Adiel Pimenta Araújo (06), Lucas Henrique França Barros e Rafael Gomes Lisboa (10), Boaventura Francisco de Oliveira e Marcos Severino da Silva (12), Fábio Rogério Araújo Braga (16), Kallaans Furtado da Silva (18), Gleydson Jean Baeta Barbosa (20), Márcio George Soeiro da Silva (23), Ezequias de França Conceição (25), Cledson Costa Sá, Renata e Valéria Cristina Matos Paixão (30).

Na 4ª Vara sentarão no banco dos réus também Carlos Alberto Silva (04), Pedro Alcides Sá Pereira (06), Marcos André Silva Vieira (09), Adriano Reis de Jesus (11), Walter Clecy Reis Pereira (13), João Oliveira Sousa Filho (16), Reginaldo Ferreira da Cruz Silva (18), André Luis Silva e Janilde Chagas Figueiredo (20), Raimundo Emílio Santos Neres (23) e Francisco de Assis Ferreira Martins (30).

Já na 3ª Vara do Tribunal do Júri serão julgados Erivan Mendes (09) e Arlindo Pereira Filho (11). No 1º Tribunal do Júri no mês de maio não haverá sessões.

Valquíria Santana

Núcleo do Fórum

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Justiça do Maranhão implanta sistema de sustentação oral a distância

29/04/2016 - 16h30

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) implantou sistema que permite a advogados realizarem sustentação oral a distância, por videoconferência, nas sessões de julgamento do Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminais (Isoladas e Reunidas). A medida segue determinação do novo Código de Processo Civil (CPC), que garante o direito de sustentação oral aos advogados domiciliados em cidade diversa da sede do tribunal.

Para a sustentação, o advogado deve enviar o requerimento até 24 horas antes do início da sessão. A chamada será feita através do programa Skype — software gratuito de telefonia com vídeo pela internet —, dependendo ainda de conexão à rede mundial, em dispositivo com microfone e câmera.

Para solicitar, o advogado deve acessar o site do TJMA, no menu “Sustentação Oral”, clicar na opção “Sustentação Oral Online”, e informar os dados do processo e da sessão de julgamento na qual será apreciado. Ele receberá e-mail de confirmação, onde constarão as informações de acesso, como o usuário com o qual deve se conectar.

Tempo cronometrado - O procurador deve acompanhar o andamento da sessão, transmitida por meio da Rádio Web Justiça do Maranhão, podendo manifestar-se pessoalmente, até o anúncio do julgamento do processo, conforme o regimento interno do TJMA. Os desembargadores ouvirão toda a manifestação do advogado, e este, também, poderá acompanhar todas as falas do julgamento. O tempo será cronometrado pela secretaria do órgão julgador.

Segundo o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, o acesso é simples e gratuito, de forma a facilitar a sustentação oral e garantir o cumprimento da lei. “Foi escolhido um sistema gratuito, que não requer custos extras do tribunal ou do advogado”, informa.

A diretora judiciária do TJMA, Denyse Batista, ressaltou o benefício que a medida representa na rotina de trabalho dos advogados, que não puderem se deslocar para a sede do tribunal. “Os procuradores poderão protocolar o pedido e realizar a sustentação diretamente de seu escritório, de sua casa ou de onde estiverem, bastando o acesso à internet”, frisou.

Fonte: TJMA

CNJ realiza nesta semana curso de mediação em conflitos familiares

02/05/2016 - 09h14

Começa nesta segunda-feira (2/5) o curso intensivo voltado à mediação de conflitos no Direito de Família, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é capacitar servidores e voluntários em técnicas de mediação em situações de divórcio, guarda de crianças, sucessão e outros processos judiciais familiares. Presencial e gratuito, o curso termina na quarta-feira (4/5).

A coordenação é da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, responsável pela formação de milhares de mediadores e conciliadores no país desde 2011. Todas as 30 vagas oferecidas foram preenchidas e terão a participação de representantes dos estados de Goiás, Pará, Sergipe, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo e Amapá.

“Principalmente após o novo Código de Processo Civil (CPC), a demanda pela mediação está crescendo exponencialmente, e na área da família ela tem especial importância para que sejam mantidos os vínculos das relações”, destacou o conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador do Comitê Gestor da Conciliação do CNJ. O novo CPC criou as audiências preliminares conciliatórias.

Durante os encontros serão simuladas situações de conflito em família por meio de vídeos e dinâmicas de grupo. Além das aulas presenciais, o curso de mediação em família prevê que os alunos participem de estágio supervisionado no TJDFT, que compreende a realização de, no mínimo, dez mediações ou co-mediações completas, de casos reais. Esta é a quarta turma de especialização, mais de cinquenta pessoas de diversos estados já concluíram o curso.

Acordos - Dados dos Centros Judiciários de Resolução de Conflito e Cidadania (Cejuscs) apontam que, somente no ano passado, foram evitadas a entrada de pelo menos 270 mil processos no Judiciário brasileiro. Os números referem-se a oito estados brasileiros e não contabilizam as audiências que ocorrem nas semanas nacionais de conciliação. Só em São Paulo, estado que conta com o maior número de centros instalados no país, 138 mil casos foram finalizados com a ajuda de conciliadores, magistrados, servidores e instituições envolvidas nas audiências de conciliação.

No Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o índice de acordos na conciliação dos processos familiares é um dos maiores, chegando a mais de 80% das ações de direito da família.

Público-alvo - Participarão do curso mediadores formados com estágio supervisionado concluído, indicados pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos dos Tribunais ou por magistrado responsável por vara com competência de família. Os gastos com transporte, hospedagem e alimentação serão custeados pelos próprios participantes.

Magistrados acompanharão ações planejadas do Tribunal de Justiça

2 maio, 2016

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será acompanhado por magistrados na execução dos seus objetivos estratégicos. O intuito é garantir uma administração mais participativa do Judiciário no estado.

A nova metodologia foi apresentada na última sexta-feira (29), pela coordenadora da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (AGEM), juíza Sônia Amaral, ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, ao supervisor do Planejamento, desembargador Paulo Vélten, e aos juízes responsáveis pelo acompanhamento.

Durante a apresentação, a juíza Sônia Amaral destacou os macrodesafios seguidos dos seus temas e objetivos, das respectivas metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além dos nomes dos juízes que acompanharão as ações no prazo de cinco anos.

O primeiro item apresentado foi a fomentação de ações institucionais que promovam a responsabilidade socioambiental. No macrodesafio de combate a corrupção e a improbidade administrativa, foram abordadas questões voltadas para a celeridade e produtividade nos trâmites processuais e para o aprimoramento da justiça criminal, assim como a Meta 16 do CNJ, que orienta a implantação do sistema de videoconferência em todas as unidades judiciais com competência criminal.

A Melhoria na Gestão de Pessoas? Aperfeiçoamento da Gestão de Custos, Instituição da Governança Judiciária e Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI foram outros macrodesafios apresentados a partir de seus objetivos, metas e magistrados responsáveis pelo acompanhamento.

Para a juíza Sônia Amaral, a cooperação dos juízes fortalece o planejamento no sentido de tornar a gestão mais participativa.

Continuidade

A necessidade da continuidade do planejamento do Judiciário maranhense, independente da gestão, foi abordada pelo juiz titular do Juizado Especial Cível e Criminal, Marcelo Moreira. Em sua opinião, o Tribunal de Justiça precisa encontrar mecanismos de planejamento que permitam a continuidade das ações já encaminhadas.

Nesse sentido, conforme sugestão do juiz titular de Colinas, Marcelo Oka, será apresentado ao Pleno do TJMA resolução para formação da Comissão que acompanhará os objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal por cinco anos, com indicação da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que também será responsável pela indicação da sucessão.

O desembargador Cleones Cunha (presidente) ressaltou que a presidência fará o possível para efetivar as ações, mesmo não sendo a continuidade um processo fácil. Observou que o Judiciário tem o dever de enxergar as comarcas como um todo, no sentido de melhorar as atividades.

O desembargador Paulo Vélten elogiou a disposição do presidente do TJ, lembrando da importância do Planejamento Estratégico e da forma como essa ferramenta de administração implica em uma nova cultura.

Vinte e nove réus serão julgados pelo Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio

02/05/2016 11:03:25

A pauta de julgamentos do Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio tem 29 réus, acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começam nesta segunda-feira (02), no Fórum Des. Sarney Costa, quando serão julgados pelos jurados da 2ª e 4ª Vara do Júri, respectivamente, Antônio Costa e Francisco Pinto de Sousa. As sessões são públicas e iniciam às 8h30.

No 2º Tribunal do Júri serão julgados neste mês também Silvana Cristina Arouche (dia 04), Adiel Pimenta Araújo (06), Lucas Henrique França Barros e Rafael Gomes Lisboa (10), Boaventura Francisco de Oliveira e Marcos Severino da Silva (12), Fábio Rogério Araújo Braga (16), Kallaans Furtado da Silva (18), Gleydson Jean Baeta Barbosa (20), Márcio George Soeiro da Silva (23), Ezequias de França Conceição (25), Cledson Costa Sá, Renata e Valéria Cristina Matos Paixão (30).

Na 4ª Vara sentarão no banco dos réus também Carlos Alberto Silva (04), Pedro Alcides Sá Pereira (06), Marcos André Silva Vieira (09), Adriano Reis de Jesus (11), Walter Clecy Reis Pereira (13), João Oliveira Sousa Filho (16), Reginaldo Ferreira da Cruz Silva (18), André Luis Silva e Janilde Chagas Figueiredo (20), Raimundo Emílio Santos Neres (23) e Francisco de Assis Ferreira Martins (30).

Já na 3ª Vara do Tribunal do Júri serão julgados Erivan Mendes (09) e Arlindo Pereira Filho (11). No 1º Tribunal do Júri no mês de maio não haverá sessões.

CNJ realiza nesta semana curso de mediação em conflitos familiares

Começa nesta segunda-feira (2/5) o curso intensivo voltado à mediação de conflitos no Direito de Família, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é capacitar servidores e voluntários em técnicas de mediação em situações de divórcio, guarda de crianças, sucessão e outros processos judiciais familiares. Presencial e gratuito, o curso termina na quarta-feira (4/5).

A coordenação é da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, responsável pela formação de milhares de mediadores e conciliadores no país desde 2011. Todas as 30 vagas oferecidas foram preenchidas e terão a participação de representantes dos estados de Goiás, Pará, Sergipe, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo e Amapá.

“Principalmente após o novo Código de Processo Civil (CPC), a demanda pela mediação está crescendo exponencialmente, e na área da família ela tem especial importância para que sejam mantidos os vínculos das relações”, destacou o conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador do Comitê Gestor da Conciliação do CNJ. O novo CPC criou as audiências preliminares conciliatórias.

Durante os encontros serão simuladas situações de conflito em família por meio de vídeos e dinâmicas de grupo. Além das aulas presenciais, o curso de mediação em família prevê que os alunos participem de estágio supervisionado no TJDFT, que compreende a realização de, no mínimo, dez mediações ou co-mediações completas, de casos reais. Esta é a quarta turma de especialização, mais de cinquenta pessoas de diversos estados já concluíram o curso.

Acordos - Dados dos Centros Judiciários de Resolução de Conflito e Cidadania (Cejuscs) apontam que, somente no ano passado, foram evitadas a entrada de pelo menos 270 mil processos no Judiciário brasileiro. Os números referem-se a oito estados brasileiros e não contabilizam as audiências que ocorrem nas semanas nacionais de conciliação. Só em São Paulo, estado que conta com o maior número de centros instalados no país, 138 mil casos foram finalizados com a ajuda de conciliadores, magistrados, servidores e instituições envolvidas nas audiências de conciliação.

No Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o índice de acordos na conciliação dos processos familiares é um dos maiores, chegando a mais de 80% das ações de direito da família.

Público-alvo - Participarão do curso mediadores formados com estágio supervisionado concluído, indicados pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos dos Tribunais ou por magistrado responsável por vara com competência de família. Os gastos com transporte, hospedagem e alimentação serão custeados pelos próprios participantes.

Paula Andrade
Agência CNJ de Notícias

Audiências de custódia

02 Maio 2016 | 04h 00

Implantada há um ano em caráter experimental no Fórum Criminal da Barra Funda, com apoio do Conselho Nacional de Justiça, da Defensoria Pública de São Paulo e do Departamento Penitenciário Nacional, a medida que obriga os distritos policiais da capital a apresentar os presos em flagrante a um juiz do Departamento de Inquéritos Policiais, para a realização de uma audiência de custódia no prazo máximo de 24 horas, deu tão certo que já foi copiada e aperfeiçoada pelos Tribunais de Justiça de vários outros Estados.

O objetivo dessas audiências é analisar a legalidade das prisões em flagrante. Na audiência, o juiz decide se é necessário converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, se a prisão pode ser relaxada ou se o preso pode ser libertado provisoriamente, com ou sem a imposição de medidas cautelares, depois de entrevistá-lo, de analisar a folha de antecedentes e de ouvir as alegações de seu advogado ou de um defensor público e as manifestações da promotoria. O juiz também verifica se houve abusos durante a prisão em flagrante e se o autuado foi submetido a maus-tratos e a tortura nas horas em que ficou encarcerado. O juiz pode, igualmente, requisitar exame clínico e de corpo de delito e, quando for o caso, determinar encaminhamento assistencial. Assim, só fica preso quem representa perigo para a sociedade.

Recomendada por organizações multilaterais e prevista por convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, em matéria de respeito aos direitos humanos, a experiência do Fórum Criminal da Barra Funda foi posta em prática para evitar que pessoas presas em flagrante passem meses detidas em carceragens policiais, cadeiões e centros de detenção provisória, sem serem levadas à presença de um magistrado. Em vários países europeus, as audiências de custódia são chamadas de “juizados de garantias”. Segundo levantamento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), dos 17.362 casos analisados por juízes criminais do Fórum da Barra Funda, entre março de 2015 e fevereiro deste ano, 9.424 acusados – o equivalente a 54,3% do total – tiveram a prisão preventiva decretada. Os outros 7.938 acusados (45,7% do total) puderam esperar o julgamento em liberdade.

Até o ano passado, no dia a dia dos fóruns criminais de todo o País a maioria dos juízes só tinha contato com os presos por meio dos autos do processo. Depois da iniciativa do TJSP, os Tribunais de Justiça de Roraima, Maranhão, Pernambuco, Mato Grosso e Espírito Santo também passaram a promover audiências de custódia tanto em suas respectivas capitais como em cidades do interior – e, inclusive, nos fins de semana e feriados. Foi um grande avanço para coibir eventuais casos de abuso e agressão policial e para evitar a superlotação desnecessária do sistema prisional.

Apesar de o TJSP ter sido pioneiro na implementação desse programa, em São Paulo, as audiências de custódia são realizadas somente no Fórum da Barra Funda – e, ainda assim, apenas em dias úteis. O tribunal até hoje não estabeleceu um prazo para que as audiências de custódia passem a ser realizadas também em fins de semana e feriados. A alegação é de que não há recursos orçamentários disponíveis para o pagamento das horas extras dos servidores, médicos legistas e assistentes sociais. Também por falta de verba, somente agora o tribunal estenderá o programa para as comarcas da Grande São Paulo. A estimativa é de que essa medida alcance cerca de 35% das prisões em flagrante em todo o Estado. Para as cidades do interior, a previsão do TJSP é de que as audiências de custódia passem a ser realizadas a partir de 2018 – ou seja, 18 meses após o projeto chegar à região metropolitana.

A implantação do projeto de audiências de custódia na maior Corte do País pode custar caro. Mas, mesmo com atrasos no cronograma, é um passo decisivo para desburocratizar e agilizar a Justiça e humanizar o sistema prisional.

Turma Recursal de Bacabal tem nova composição

02/05/2016 17:03:23

Em ato realizado na manhã desta segunda-feira (02), na CGJ-MA, as juízas Vanessa Ferreira Pereira Lopes e Daniela de Jesus Bonfim Ferreira, da 1ª e 2ª Varas da Comarca de Bacabal (246 km de São Luís), tomaram posse como membros suplentes da Turma Recursal Cível e Criminal do Sistema dos Juizados Especiais com sede naquele município.

Representando as empossadas, a juíza Daniela de Jesus Ferreira disse que a Corregedoria é a casa do juiz. A magistrada aproveitou, ainda, para elogiar o acolhimento e as orientações fornecidas pela CGJ aos magistrados, favorecendo a evolução e o desenvolvimento das atividades laborais.

Segundo a corregedora Anildes Cruz, as exigências sob os magistrados são realizadas com base nos recursos e estruturas que os mesmos dispõem para desenvolverem suas atribuições. "Estamos trabalhando sob escassez, mas certos de podermos buscar as melhorias que a prestação jurisdicional necessita", destacou a desembargadora, reconhecendo o esforço dos magistrados para reduzir os índices de congestionamento processual.

A juíza coordenadora dos Juizados Especiais, Márcia Chaves, presente à posse, disse que o comprometimento e as atividades em equipe farão a grande diferença no trabalho. "O comportamento do trabalho em conjunto é um dos maiores aprendizados na Turma", enfatizou a magistrada coordenadora.

Com mandato de dois anos, cada turma recursal é formada por três titulares e três suplentes. A função destes é de substituir os titulares nos casos de ausências, ocasionadas pelos afastamentos legais. Caso ocorra a vacância antes do término do mandato, um novo edital é aberto para suprir a vaga, não cabendo promoção automática do suplente ao posto de titular.

TURMA DE BACABAL - a turma recursal de Bacabal contempla, além da sede, as cidades de Alto Alegre do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Arari, Bom Jardim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Lago Verde, Monção, Olho D'Água das Cunhas, Paulo Ramos, Pedreiras, Pindaré Mirim, Pio XII, Poção de Pedras, São Mateus do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, Santa Inês, Santa Luzia, Vitória do Mearim, Vitorino Freire e Zé Doca. A unidade tem competência para julgar recursos oriundos de processos da Lei 9.099/1995 (Lei dos Juizados)

1º Juizado Criminal abre inscrições para seleção de projetos sociais

02/05/2016 14:53:44

Estão abertas a partir desta segunda-feira, 02, até o próximo dia 17 de junho, no 1º Juizado Especial Criminal, as inscrições para a seleção de projetos sociais a receber recursos financeiros oriundos das prestações pecuniárias, composições civis, transações penais e suspensão condicional de processo realizados na unidade. As inscrições podem ser feitas na sede do Juizado (3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau), das 8h às 14h.

De acordo com o edital da seleção (Edital 01/2016), podem se inscrever organizações públicas e privadas, regularmente constituídas, com pelo menos um ano de funcionamento e sediadas na Comarca de São Luís.

As entidades devem ainda desenvolver "ações continuadas de caráter social nas áreas da assistência social, educação, trabalho e renda, saúde, esporte, lazer, cultura e meio ambiente".

Entre os documentos exigidos para a participação na seleção, a ata de fundação registrada em cartório, estatuto social, CNPJ, ata da última eleição da Diretoria (também registrada em cartório), relação de nomes dos membros da diretoria, além de comprovante de endereço e cópia do CPF e RG do presidente da entidade.

A seleção dos projetos acontece no período de 20 de junho a 08 de julho próximo. O resultado será divulgado no site do Poder Judiciário, Diário Oficial, órgãos de imprensa e no mural do Juizado.

Desenvolvimento humano e comunitário - A seleção de projetos sociais para obtenção de recursos financeiros oriundos do Judiciário tem, entre outros objetivos, o de "apoiar financeiramente entidades que realizem ações e serviços sociais de interesse público e que atuam em comunidades vulnerabilizadas pela situação de pobreza na Comarca de São Luís", além de "contribuir para o fortalecimento das entidades selecionadas enquanto espaço de promoção do desenvolvimento humano e comunitário".

O post [1º Juizado Criminal abre inscrições para seleção de projetos sociais](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Vinte e nove réus serão julgados pelo Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio

02/05/2016 09:54:38

A pauta de julgamentos do Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio tem 29 réus, acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começam nesta segunda-feira (02), no Fórum Des. Sarney Costa, quando serão julgados pelos jurados da 2ª e 4ª Vara do Júri, respectivamente, Antônio Costa e Francisco Pinto de Sousa. As sessões são públicas e iniciam às 8h30.

No 2º Tribunal do Júri serão julgados neste mês também Silvana Cristina Arouche (dia 04), Adiel Pimenta Araújo (06), Lucas Henrique França Barros e Rafael Gomes Lisboa (10), Boaventura Francisco de Oliveira e Marcos Severino da Silva (12), Fábio Rogério Araújo Braga (16), Kallaans Furtado da Silva (18), Gleydson Jean Baeta Barbosa (20), Márcio George Soeiro da Silva (23), Ezequias de França Conceição (25), Cledson Costa Sá, Renata e Valéria Cristina Matos Paixão (30).

Na 4ª Vara sentarão no banco dos réus também Carlos Alberto Silva (04), Pedro Alcides Sá Pereira (06), Marcos André Silva Vieira (09), Adriano Reis de Jesus (11), Walter Clecy Reis Pereira (13), João Oliveira Sousa Filho (16), Reginaldo Ferreira da Cruz Silva (18), André Luis Silva e Janilde Chagas Figueiredo (20), Raimundo Emílio Santos Neres (23) e Francisco de Assis Ferreira Martins (30).

Já na 3ª Vara do Tribunal do Júri serão julgados Erivan Mendes (09) e Arlindo Pereira Filho (11). No 1º Tribunal do Júri no mês de maio não haverá sessões.

O post [Vinte e nove réus serão julgados pelo Tribunal do Júri de São Luís no mês de maio](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Madeira prestigia projeto "Arte & Cidadania" na Escola Castro Alves I

02/05/2016 18:15:15

O prefeito Sebastião Madeira sempre que pode abre um horário na sua agenda de trabalho para prestigiar o projeto Arte & Cidadania nas Escolas, levado semanalmente a uma escola pública do município, sob a liderança da Fundação Cultural de Imperatriz - FCI.

Sob a coordenação do poeta/cantador Zeca Tocantins e do juiz da Vara da Infância e Juventude, Delvan Tavares, o projeto alcança várias escolas que são agendadas para receber a visita de artistas, escritores e membros do Comissariado de Justiça.

Em contrapartida, a escola oferece aos visitantes apresentações culturais na área da música, da poesia, do teatro, enfim. O projeto leva aos alunos noções de cidadania, por intermédio dos comissários de justiça que ministram palestras de cidadania.

No pátio da escola, o juiz Delvan Tavares motiva os alunos a estudar, a respeitar seus professores, para que possam chegar a uma universidade e possam ter uma profissão digna e um emprego digno e, conseqüentemente, uma vida digna.

Por sua vez, o prefeito Sebastião Madeira seguindo o raciocínio de Delvan Tavares, lembrou aos estudantes que eles tinham o privilégio de estudar em uma escola confortável, para que todos pudessem se sentir em condições de receber um melhor aprendizado.

"Tanto eu quanto o juiz Delvan Tavares não tivemos esse privilégio que vocês estão tendo de ter uma escola confortável, bons professores, mas conseguimos nos formar e ser o que hoje somos, e amanhã vocês estarão nos substituindo em nossas funções", concluiu Madeira.

Domingos Cezar [ASCOM]

O post [Madeira prestigia projeto "Arte & Cidadania" na Escola Castro Alves I](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

Homem é baleado após tentar assaltar fórum de Alto Parnaíba

| Redação com informações da CGJ-MA

No último sábado, 30 de abril, por volta das 19h30, o Fórum da Comarca de Alto Parnaíba foi alvo de uma tentativa de assalto quando dois homens encapuzados arrombaram a porta dos fundos da sede do Poder Judiciário.

Percebendo a movimentação estranha, o vigilante do Fórum dirigiu-se ao local para verificar o que se passava, surpreendendo os assaltantes que se locomoviam pelo corredor principal em direção à recepção.

Flagrados pelo vigilante, os encapuzados empreenderam fuga, ao que o vigilante sacou da arma e disparou contra os dois, tendo atingido um deles. Pulando o muro do prédio, os encapuzados fugiram do local.

Posteriormente, os suspeitos foram capturados no município de Santa Filomena (Piauí) e presos na mesma noite.

Providências

De acordo com a secretária judicial da Comarca, Grasiela Lima, o juiz Marco André Tavares (2ª Vara de Balsas), respondendo pela Comarca, foi imediatamente comunicado do ocorrido. Um ofício comunicando a tentativa de assalto ao Fórum foi encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça.

Ainda segundo a secretária, equipes de segurança e de engenharia do Tribunal de Justiça devem chegar nesta segunda-feira à Comarca para avaliação e devidas providências.

NOTÍCIA: Servidores participam de palestra "Desafios da Liderança na Gestão Pública".

Dezenas de servidores do Poder Judiciário estadual participaram da palestra "Desafios da Liderança na Gestão Pública", na última sexta-feira (29), no Auditório do Centro Administrativo do TJMA. A palestra foi ministrada pela professora Mara Beckert, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A explanação tratou do papel dos líderes na organização, entre eles o de extrair os talentos e desenvolver a equipe de trabalho, incentivando e inspirando os servidores para que se sintam protagonistas dentro de suas atividades de trabalho.

Segundo a palestrante, o bom líder deve ter uma visão dos vários públicos da instituição, deter credibilidade e confiabilidade, um discurso coerente com seus atos e tornar-se uma referência para sua equipe. "O líder deve ceder espaço para novos desafios e para que cada um expresse seu talento, alinhado à missão institucional", explicou.

Ela ressaltou a importância das pessoas dentro da organização, especialmente em cenários de crise, quando muitas vezes a primeira medida das instituições é o corte de pessoal. "Numa crise, a primeira opção poderia ser conchamar as pessoas para construir soluções e propostas de superação, pois são elas que fazem a diferença", pontuou.

Para a diretora de Recursos Humanos do TJMA, Mariana Clementino, esse tipo de capacitação é uma forma de desenvolver o Plano de Capacitação da Diretoria de RH, buscando trazer aos servidores maior entusiasmo e inspiração para enfrentar as dificuldades do dia a dia. "A liderança no setor público é um desafio maior, porque devemos buscar o melhor resultado e ter habilidade para trazer as pessoas para o objetivo institucional, tornando-os agentes participativos", avaliou.

A servidora da Coordenadoria de Finanças, Márcia Gusmão, participou da palestra e disse ser importante esse tipo de iniciativa, pois mostra que os gestores estão preocupados com a qualidade e eficiência do trabalho dos servidores. "Esse tipo de capacitação nos desperta para potenciais adormecidos e motiva as pessoas a prestarem um serviço público de qualidade", opinou.

A palestrante, Mara Beckert, é mestre em Administração de Recursos Humanos pela Universidade de Extremadura (Espanha), e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com especialização em Administração de RH e graduação em Administração de Empresas pela FAE Business School de Curitiba. É diretora da Quasar Consultoria e Assessoria em Educação Corporativa, coautora dos livros "Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, Gestão da Mudança e Cultura Organizacional", da Editora FGV, e "Gestão de Pessoas nas Organizações Públicas", da Editora Juruá.